

A RAZÃO INDIGNADA: LEONEL BRIZOLA EM DOIS TEMPOS (1961-1964) E (1979-2004)

Hebert Santos Oliveira¹

FREIRE, Américo e FERREIRA, Jorge. (Orgs.). *A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964) e (1979-2004)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

Produto de um significativo conjunto de artigos de pesquisas recentes, *A razão indignada* é uma obra que apresenta as múltiplas faces políticas de um dos mais importantes políticos do Brasil Republicano: Leonel de Moura Brizola. Sua trajetória se confunde com momentos cruciais e delicados na história brasileira, a saber, o golpe civil-militar de 1964, a ditadura e o período de redemocratização e consolidação da democracia. Em todas elas, aparece como um nome de grande relevância no cenário político. Isso se revela quando verificamos sua carreira política, ocupando os maiores cargos dentro do seu Estado, o Rio Grande do Sul (o maior deles foi o de governador), e depois, sendo reconhecido no Rio de Janeiro, tornou-se por duas vezes governador daquele Estado. Um feito que só ele e Pedro Pedrossian obtiveram. Conseguiu isso com o que de mais tinha de valor: a sua oratória, sempre enfática, direcionada ao povo e aos seus inimigos políticos, imprensa e grandes empresários. Sempre contestado, não só pela direita como também por diversas organizações de esquerda ao longo do tempo, era tido pejorativamente como um “populista” por ambos, dificultando a inserção, especialmente da esquerda, no meio da classe trabalhadora.

Os organizadores deste livro dividiram-no em duas partes. Ambas com recortes temporais definidos. A primeira parte está voltado para o período entre 1961 e 1964, e a segunda entre 1979 e 2004. Cada uma das partes contém cinco artigos com recortes espaciais que compreende Estados como a Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, onde se verificou uma adesão às ideias de Leonel Brizola.

Entre 1961 e 1964, Brizola e o membros do PTB chamaram este contexto de nacionalismo-revolucionário e se auto intitulavam de nacionais-revolucionários.² Era um

¹ Mestrando em História Social pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia. Bolsista CAPES. E-mail: oliveirahebert1@gmail.com

momento em que as lutas sociais se acirravam e o confronto com a direita e conservadores se intensificavam. Não obstante, o primeiro artigo, de autoria de Jorge Ferreira, nos mostra que este ambiente instalado no país tinha nos pensamentos políticos de Brizola sua maior referência. O autor traz à discussão elementos importantes nos discursos de Brizola, entre 1961 e 1962, por meio de conferências promovidas principalmente por entidades estudantis ao qual era o então governador do Rio Grande do Sul convidado. Seus discursos inflamados giravam em torno da luta anti-imperialista, contra a espoliação do povo brasileiro por parte das nações estrangeiras, especialmente Estados Unidos, de grande força econômica que resultava em subdesenvolvimento e pobreza. Assim, “ou se rompia com o processo espoliativo para conquistar a emancipação econômica ou estaríamos condenados a testemunhar um país novo convertendo-se rapidamente num país de favelados e marginais, num campo de concentração disfarçado” (p.31).

Além disso, seu discurso contagiava um significativo número entre às esquerdas, principalmente no ano anterior ao golpe e nos meses que se seguiram a este. Era a luta pelas reformas de base seu foco de enfrentamento frente a direita. Nesse sentido, conseguiu adesão em diversas localidades do país em suas propostas de organização em defesa dos interesses nacionais. Foi assim que arregimentou o Grupo dos Onze, que seria o agrupamento das forças populares. No texto de Brandalise e Harres o lócus de discussão são os Grupos dos Onze ou chamado também de Comandos Nacionalistas no Rio Grande do Sul. A partir de uma exaustiva pesquisa de processos indenizatórios, as autoras examinaram 621 registros de pessoas envolvidas na militância trabalhista e seu envolvimento na criação dos Grupos. Esse levantamento quantitativo de dados estatísticos nos revela os diversos perfis dos indivíduos envolvidos, suas profissões/ocupações, idades, vinculação partidária, etc. Ou seja “desse universo nem todos apareceram vinculados diretamente a algum Grupo dos Onze, mas consideramos fundamental manter o estudo conjunto dos trabalhistas, pois há indícios de redes de relações que são importantes de ser desveladas” (p. 67). Essa investigação das autoras ainda se encontra em fase inicial e tem muito para contribuir com o seu aprofundamento.

² Aarão Reis, Daniel e FERREIRA, Jorge. (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Comandos Nacionalistas foram criados também em Duque de Caxias, região da Baixada Fluminense, Rio de Janeiro. O artigo de Tânia Tavares nos revela, por meio de depoimentos de ex-militantes, as diversas versões de como foi pensado a criação do Grupo, as suas designações e a suas frustrações depois do golpe civil-militar de 1964. A autora ainda menciona a dificuldade em encontrar aqueles que participaram da organização, porém, parte significativa dos depoentes foi encontrada na Associação dos Anistiados Políticos Aposentados e Pensionistas (Anapap) do mesmo município, o que de certa forma contribuiu positivamente para sua pesquisa. As memórias dos ex-militantes são resgatadas, na qual percebemos a empatia em relação a Brizola e seus discursos, a esperança nas reformas de base e de um país melhor e, posteriormente, nos problemas encontrados no cotidiano nos anos iniciais da ditadura. Assim, conclui Tavares “observa-se que a entrada dessas pessoas para o movimento foi movida por um sentimento de luta por melhores condições de vida”, todavia, salienta a autora, “os Grupos dos Onze construíram-se sem nenhum preparo” (p.112-113).

A Frente de Mobilização Popular (FMP) criada pelo deputado federal Leonel Brizola, tinha uma função estratégica de pressionar, dentro do Congresso, as reformas imediatas e para isso contou com o seu partido, o PTB e com diversas organizações da esquerda: estudantil, sindical e partidária. Essa forma de organização conflitou com outra criada pelo Ministro da Fazenda San Tiago Dantas, chamada Frente Progressista de Apoio às Reformas de Base. É esse aspecto de rivalidade e disputas política e ideológica entre Brizola e San Tiago que Gabriel Onofre discute em seu texto. A Frente Progressista tinha como objetivo conseguir as reformas democraticamente, sem ferir a estabilidade institucional, tendo, segundo Onofre, como “tríade política filosófica *Democracia-Paz-Reformas*” (p. 164), contrastando com a postura de Brizola que apelava para o “confronto” com os parlamentares conservadores. A radicalização de Brizola não agradava a Jango e, inicialmente, o presidente optou por apoiar a Frente do trabalhista San Tiago Dantas em 1963. Entretanto, os meses iniciais de 1964 foram de radicalização crescente. Desse modo, “sem ceder espaço ou flexibilizar suas crenças e disposições políticas, as esquerdas e o centro minaram, gradativamente, as iniciativas do intelectual trabalhista” (p.175). O presidente optou ao final pelo seu cunhado e confrontou os parlamentares e setores civis da direita.

A FMP também foi fruto de pesquisa da historiada Soanne Cristino de Almeida. A autora destaca a criação dessa organização na cidade de Una, interior da Bahia. A Frente de Mobilização Popular em Una não seguiu à risca a cartilha da FMP nacional. Desse modo “era formada por pessoas de diferentes origens sociais, que representavam

uma diversidade de anseios e expectativas” (p. 135), a grande maioria destas não pertenciam a partidos. A FMP nacional se caracterizava pelo aspecto de radicalização e enfrentamento para a implementação das reformas, ao passo que no município cacauero utilizava-se da “política de compromissos” em meio a uma sociedade conservadora para se chegar aos seus objetivos que também era de reformas no município. Somente mais a tarde se alinharam a política radical da FMP nacional. O trabalho da autora, que foi fruto de sua dissertação de mestrado, tem especial relevância por dois motivos: mostrar a autonomia e as peculiaridades desse agrupamento, face as necessidades locais e também a importância da pesquisa fora do eixo Rio-São Paulo-Sul.

Na segunda parte da obra, foi apresentada e analisada a segunda fase de Brizola, por assim dizer: o trabalhismo democrático. A ideia era reformular as bases do PTB e do trabalhismo, resgatando a política-ideológica do período anterior ao golpe e estabelecendo o ficou conhecido como “novo trabalhismo” no fim da ditadura e na transição para a democracia. Assim, Américo Freire analisa a postura de Brizola e de sua renovação trabalhista, de 1979, com a Lei da Anistia até as eleições para presidente da República em que saiu candidato. Os seus discursos, agora na imprensa escrita, eram chamados de *tijolaços* em que se via ainda aquela crítica a setores empresariais brasileiros e aos políticos adversários. Reviveu os discursos nacionalistas, sendo contrário a política estabelecida em relação empresas internacionais. Agora no seu partido PDT foi eleito duas vezes para o cargo de governador do Rio, porém sua postura e seus discursos não foram suficientes para se tornar presidente em 1989 e 1994, e em 1998 como vice de Lula. Como afirma Freire “Brizola e o PDT pouco se movimentaram no plano doutrinário, buscando contar fundamentalmente com as cidadelas carioca e gaúcha e com a força e o carisma de sua principal liderança política” (p. 203).

Nesse contexto de redemocratização, Brizola sofreria intensas críticas por parte das esquerdas revolucionárias. Isso é apontado por Michelle R. de Macedo em seu artigo. A partir de jornais da esquerda o *Em Tempo*, *Movimento* e *Voz da Unidade*, trotskista, PCdoB e PCB, respectivamente, a historiadora analisa como esses veículos desferiam diversas críticas ao projeto de Brizola em construir um novo trabalhismo. Experiência negativa do trabalhismo no passado, manutenção dos privilégios dos exploradores e impedimento do avanço de uma frente democrática e da própria democracia, eram os termos mais recorrentes nas produções das organizações em seus periódicos alternativos. Assim, afirma Macedo, “o seu retorno [de Brizola do exílio] passou a incomodar setores da esquerda, que pretendiam conquistar espaços num momento em que a ditadura

estava em crise” (p. 235). Este espaço seria preenchido nos sindicatos e nas consciências da classe trabalhadora.

Efetivamente na prática como governador do Estado do Rio de Janeiro, Brizola programou algumas medidas significativas, tanto na segurança pública quanto na educação. Sobre a primeira, o historiador Bruno Marques Silva analisa a política de segurança nos dois mandatos de Brizola (1983-1995). Uma figura importante que norteia o seu trabalho é o Coronel Cerqueira que serviu como um dos principais agentes transformadores nessa área fortemente afetada, pela criminalidade e pela própria maneira de agir institucionalmente. Desse modo, “oficiais agiram no sentido de construir novas formas de manutenção da ordem pública. Prevenção, integração comunitária, legalidade e respeito aos direitos próprios da cidadania tornaram-se conceitos fundamentais” (p. 240).

No que tange a Brizola e a educação, Libânia Xavier, no penúltimo capítulo da obra, nos revela que era também uma parte importante no programa do líder trabalhista. A sua preocupação com a educação, se mostra evidente em toda trajetória como governador do Rio Grande do Sul (1959-1963) e do Rio de Janeiro (1983-1986 e 1991-1994). No primeiro, se destacou na expansão do ensino primário e do ensino técnico e, principalmente, na construção de instituições de ensino modestas para erradicar o analfabetismo que ficou conhecido como *brizoletas*. Sempre visando a ideia de educação popular, isto é assistir os mais pobres. No Rio, a construção dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), também chamados de *brizolões*, onde havia uma educação mais ampla e profunda, de tempo integral, que visava minimizar as desigualdades sociais e prevenir contra a violência. Para Xavier, “trata-se da efetivação de um projeto educacional factível e pedagogicamente adequado à população excluída da escola e de outros direitos de cidadania” (p. 289), uma gestão democrática da educação que ficou marcado na história do Brasil.

No último capítulo, a historiadora Ângela de Castro Gomes faz um balanço sobre o trabalhismo como cultura política brasileira republicana, sua gênese e sua discussão conceitual, além da associação desta com Brizola. Ou seja, Leonel Brizola, herdeiro direto dos ideais trabalhistas, converteu o trabalhismo em sua própria personalidade no contexto pós-anistia: o brizolismo, encarnando a tradição juntamente com a “busca de uma definição para um socialismo brasileiro” (p. 307). Gomes escreveu esse artigo em 2004, suscitado após a morte de Brizola no mesmo ano e revivido neste livro, completando essa obra tão profícua para compreendermos, não só a trajetória política

de Leonel de Moura Brizola, mas também parte significativa da história do Brasil Republicano do século XX.

Recebido em 04 de março de 2017 e aprovado para publicação em 29 de abril de 2018

Revista Eletrônica Discente História.com, Cachoeira, v. 4, n. 7, p. 143-148, 2017.
Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)